

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

**3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 180.^a Sessão Ordinária
Realizada em 2 de outubro de 1973 — (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Penofonte Villanueva.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos Seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Beilnati — Antônio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacome! — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Xenofonte Villanueva (29); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Igo Losso — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumontt — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura da seguinte
E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 263, 264, 265, 268 e 269-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

206-72 — Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a Sociedade Julio Chevalier, também denominada Fundação Julio Chevalier, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.455. — Agradeça-se.

210-72 — Do Senhor Ex-Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que declara de utilidade pública, a "Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil — BENFAM", com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.457. — Agradeça-se.

216-69 — Do Senhor Ex-Deputado Ernesto Moro, que declara de utilidade pública, o Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.456. — Agradeça-se.

135-73 — Do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à Rua Marechal Floriano, esquina com a rua 7 de Setembro, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.458. — Agradeça-se.

133-73 — Do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à Avenida 7 de Setembro, esquina com Desembargador Westphalen, nesta Capital, com área de 5.268 metros quadrados atualmente ocupado por edificações da referida escola, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.459. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs. 262, 260, 270, 271, 272, 273 e 275-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs.:

214-72 — Do Senhor Deputado Alvaro Dias que visa declarar de utilidade pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado. — A C.C.J.

217-12 — Do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que visa dar nova redação ao item II, do parágrafo único do artigo 6, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1962, Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM. — A C.C.J.

93-72 — Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que visa criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

195-71 — Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo. — A C.C.J.

271-71 — Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que visa criar um Curso Ginasial no Distrito de Fênão Dias, Município de Munhoz de Mello. — A C.C.J.

252-71: — Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva que visa a construção através da Secretaria de Obras Públicas de um edifício para funcionamento do Ginásio no Município de Bocaiúva do Sul, em terreno já doado pela municipalidade. A C.C.J.

101-73: — Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, dispondo o autógrafo que o funcionário público estadual, que houver realizado com aproveitamento curso técnico, científico ou de aproveitamento administrativo, por iniciativa da administração pública estadual e custeado pelo Estado, que esteja desviado para função função correlacionada ao curso, por mais de 2 dois nos, contados da data da diplomação e que não tenha sido realizado concurso público neste período, será automaticamente enquadrado no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma independente de vagas ou concurso. A C.C.J.

Do Senhor Deputado Braga Ramos, acusando o recebimento e agradecendo o requerimento consubstanciado em voto de congratulações pela posse dos Deputados convocados para as vagas recentemente abertas na Bancada do

Paraná à Câmara Federal. Externa também, em particular, seus agradecimentos aos Senhores Deputados Gabriel Manoel e Antônio Lopes Junior. Ao conhecimento da Casa e aos Senhores Deputados interessados.

Sob o n.º 461-73, do Senhor Professor Edgard Chalbaud Sampaio, Diretor da Faculdade de Direito de Curitiba, acusando o recebimento do ofício S/A/1328/73 pelo qual foi encaminhada cópia de Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, consubstanciado em voto de congratulações à Chapa Nova Estrutura. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 01-73, do Senhor Enio Ayres Ferreira, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Acre, comunicando que no dia 7 de agosto do corrente ano, foi empossados os novos Membros da Diretoria daquele Instituto. Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Serafin José Donato, Primeiro Secretário da Associação Nacional das Empresas de Pescas, encaminhando um exemplar dos Anais da Segunda Convenção Nacional da Indústria de Pesca, realizada em janeiro de 1973, contando com a presença dos representantes de várias e destacadas empresas de pesca do País. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 980-73, do Senhor Vereador Adhail Sprenger Passos, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando que foi aprovado proposição de autoria do vereador Menotti Caprilhone e subscrita pelos vereadores Arlindo Ribas de Oliveira e João Batista Alberto Gnoato, no sentido de ser prestada homenagem ao inesquecível Affonso Alves de Camargo, por ocasião do centenário do seu nascimento no dia 25 do mês em curso. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 14-73, do Senhor José Alves de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de São José da Boa Vista, comunicando que foi aprovado por aquela Câmara, Moção de Congratulações ao Senhor Governador Emílio Hoffmann Gonçalves, por sua investidura na governança do Estado. Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

Do Senhor Gal. Joffre, Comandante do 2.º Grupamento de Fronteira, no seguinte teor:

Agradeço sensibilizado Vossencia convite sessões solenes dias 24 et 26 PR lastimo informar face atividade inadiáveis estarei impossibilitado comparecer sds. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacome!, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 170-73, 165.73, 166.73, 167.73 e 168.73.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 164.73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreeve, no uso de suas atribuições Parlamentares REQUER, após ouvir o Plenário se oficie ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil encarecendo a grande necessidade em se instalar, com a máxima urgência uma Agência do Banco do Brasil, em Dois Visinhos.

JUSTIFICATIVA:

Dois Visinhos, situa-se em região eminentemente agrícola, possui terras as mais férteis do mundo, sua colonização é composta de elementos humano da melhor espécie sendo realmente uma região que muitos promete. A presença do Banco do Brasil naquela comarca irá fixar definitivamente os homens à terra dando novo ânimo, maior estímulo, impulsionando aquela comarca de forma objetiva e definitivamente. Julgamos, pois, de real interesse a aprovação deste Requerimento cujo apoio de meus Nobres Pares não haverá, por certo de faltar.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 1973.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

Em defesa da comunidade Polonesa neste Estado, o Deputado que ao final subscreeve, requer, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Curitiba, apelando para que determine, com urgência, nova localização para a Praça da Polónia, e devolva à exibição pública a estátua de Nicolau Copérnico, cujo quinto centenário de nascimento comemora-se este ano em todo o Mundo.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1973.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Para a implantação de tres pistas na Avenida Paraná, destruiu a Prefeitura de Curitiba à Praça da Polónia, recanto tradicional que homenageava a etnia daquele País, por sua contribuição ao desenvolvimento do Estado e da Cidade. Estava ali a estátua de Nicolau Copérnico, trazida da Europa com sacrificios, por seu valor artístico e financeiro, e doada ao Município como reconhecimento pela nomeação da Praça.

Figura da ciência e da Humanidade, Nicolau Copérnico viveu de 1473 a 1543. Comemora-se este ano, portanto, no mundo inteiro, o quinto centenário do homem que provou o equilíbrio dos astros e arrastou a Igreja para defender o heliocentrismo. Aqui, embora planejando homenagens, viu-se a colônia privada não só da praça mas da própria effigie do sábio Polonês. Consta que a peça artística está recolhida a um depósito da Prefeitura, jogada e sofrendo danos. O apelo, portanto, é para que o Prefeito seja sensível à contribuição econômica e cultural da etnia polonesa. E localize de imediato a nova Praça da Polónia, em local condigno, devolvendo à exibição pública a imagem de Copérnico, para que neste quinto centenário de nascimento memorizem as novas gerações sua grande figura de homem e cientista.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Vieira Sibut, ocorrido em data de hoje aos 78 anos de idade.

O prestante cidadão falecido, prestou inegáveis serviços na Rede Viação Paraná Santa Catarina, onde ocupou vários cargos de chefia e no SESI, de onde aposentou-se recentemente.

Ao desaparecer deixou dois filhos, o Doutor Luiz Carlos Sibut, brilhante magistrado e Professor de Direito e Doutor Zaira Gomide.

Sua vida foi sempre um exemplo de dignidade e trabalho, que se traduz um rastro luminoso de realizações.

O seu falecimento consternou profundamente, não só seus familiares mas toda a sociedade paranaense.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovada a presente dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1973.

(a) Igo Losso

PROJETO DE LEI N.º 218-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, professor do Ensino Primário Normal, Nível 16, da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa, Pr., aposentada pelo Decreto n.º 17.363, de 19 de novembro de 1969, para a importância de Cr\$ 2.843,94 (dois mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), anuais e integrais, inclusive os adicionais de 5% (cinco por cento).

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 21 de setembro de 1973.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

A pretendida elevação de proventos de inatividade justifica-se porque sua beneficiária foi aposentada por invalidez permanente, nos termos dos Artigos 162, Alínea A, e 129, parágrafo único, da Lei n.º 5871, de 06 de novembro de 1968, combinado com o Artigo 72, Parágrafo 2.º, da Constituição Estadual, em vigor na época.

Entretanto, ao fixar-se o "quantum" da aposentadoria foi tomado por base o tempo de serviço daquela servidora a que concedeu-lhe apenas 70% (setenta por cento) dos vencimentos a que fazia jus no exercício de sua atividade e que, mesmo com os adicionais de 5% (cinco por cento) perfaz um total anual da ordem de Cr\$ 1.995,84 (hum mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros e oitenta e quatro centavos), quantia irrisória se levarmos em consideração que a antiga servidora é portadora do "Mal de Hansen", conforme se vê da inclusa Declaração da diretoria do Hospital-Colônia "São Roque", da Fundação Hospitalar do Paraná, o que a impede de exercer outra qualquer atividade para auferir rendimentos. Por outro lado, a legislação previdenciária prevê aposentadoria com vencimento integral para as vítimas do Mal de Hansen, do câncer e de outras doenças infecto-contagiosas que, impondo a seus portadores aspecto deformante, repulso ou repulso lhes impede o convívio normal com a comunidade. Assim, entendemos nada mais justo que o Estado adote entendimento já consolidado em Lei Federal (L.N.P.S.), e, por isso, estamos propondo o presente Projeto de Lei que, além de elevar um pouco (cerca de trinta por cento), os parcos proventos de inatividade de sua beneficiária, terá também o sentido de solidariedade do Poder Público a uma servidora que dedicou anos de sua vida na educação de gerações de alunos e que, agora, vê-se vítima de mal irreversível e não mais tem condições de continuar exercendo seu nobre mistério.

Os Nobres Deputados certamente terão o mesmo entendimento sobre a questão retro exposta e, por isso, darão ao presente Projeto de Lei seu honroso e indispensável apoio.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1973.

Odilon Reinhardt — Deputado

PROJETO DE LEI N.º 219-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados, no Município de Matelândia, os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, com sede nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

1 — DISTRITO DE RAMILÂNDIA

Com o Distrito de Diamante D'Oeste: Começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Braço Sul águas acima até a Foz do Rio Santa Inês, pelo qual segue águas acima até onde este recebe pela sua margem direita um afluente sem denominação.

Com o Município de Céu Azul: começa no Rio Santa Inês, onde este um afluente não denominado pela sua margem direita, seguindo em linha reta até a Foz do Rio Xaxim, até no Rio São Francisco Falso — Braço Sul, seguindo pelo Rio Xaxim, até a divisa entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia.

Com os Municípios de Matelândia e Medianeira: começa à margem esquerda do Rio Xaxim, divisa do Distrito de Ramilândia com os Municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaucha Ltda., na defrontação das cabeceiras do Rio São Vicente, donde em reta, por uma linha seca no sentido norte, alcança a Foz do Rio Roselito, onde teve o ponto de partida.

2 — DISTRITO DE DIAMANTE D'OESTE

Com o Município de Céu Azul: Começa no Rio Santa Inês, onde recebe um afluente não denominado pela sua margem direita; daí seguindo em linha reta e seca até o Rio Barra Funda; pela Barra Funda abaixo até sua Foz no Rio São Francisco Falso — Braço Norte;

Com o Município de Toledo: Começa na Foz do Rio Barra Funda, seguindo pelo Rio São Francisco, águas abaixo, até onde este recebe pela sua margem direita o Córrego Apepú;

Com o Município de Santa Helena: — começa na Foz do Córrego Apepú, seguindo pelo Rio São Francisco Falso — Braço Norte, água abaixo, até sua junção com o Rio São Francisco Falso — Braço Sul, seguindo daí, por este água acima até a Foz do Rio Roselito ao Norte da Vila São Francisco.

Com o Distrito de Ramilândia: começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso Braço Sul, águas acima, até a Foz do Rio Santa Inês, pelo qual segue águas acima, até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1973.

(a) João Mansur

PROJETO DE LEI N.º 220-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Grupo Escolar Odete Borges Botelho, o Grupo Escolar de Pitangueiras, do Município de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1973.

(a) — Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

Na oportunidade em que for efetuado o registro histórico do ensino no Município de Rolândia, com toda a certeza merecerá invulgar destaque a personalidade de Odete Borges Botelho. Nascida em 11 de março de 1926, na cidade de Morretes, faleceu em acidente aviário no dia 21 de agosto de 1962.

Em 1949, com a criação do Curso Normal Regional de Rolândia, foi designada para reger turmas suplementares, período no qual demonstrou o seu acentuado espírito público e invulgar interesse pelo ensino.

Liderou campanhas através de festivais e subscrição de livros-ouro, a fim de ser iniciada a construção de prédio próprio destinado a Escola Normal. E bem vivo ainda, na memória daqueles que a conheceram o entusiasmo e o esforço com o qual dirigindo uma turma de pedreiros conseguiu construir duas salas de aula.

Muitas foram as horas que passou dentro desta pequena obra, muitos foram os sacrifícios feitos para que a mesma se realizasse. E de justiça pois, que transcorridos 11 anos de seu falecimento, possamos através do presente Projeto de Lei demonstrar saudoso reconhecimento pelo muito que fez pelo ensino de nossa terra.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara. — (Pausa).

Tempo declinado do uso da palavra, o Sr. Deputado Nelson Buffara, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era nosso propósito abordar com maior profundidade e maiores detalhes os sucessivos problemas que vêm afligindo o povo brasileiro, particularmente o de nosso Estado, com os consecutivos aumentos registrados no custo de vida, acentuadamente no preço dos gêneros alimentícios, com destaque especial, a carne, o feijão e o leite. E nesse sentido, há alguns dias estamos coletando e confrontando dados junto a industriais, empresários e comerciantes. Porém hoje, rapidamente não poderíamos deixar de fazer um registro especial, considerando a manifestação do Sr. Ministro da Fazenda, conforme publicação nos jornais de hoje:

(Lê): "O Ministro Delfim Neto, falando ontem aos reporteres após seu despacho com o Presidente Médici, ressegurou que "terminaremos o ano com o custo de vida aumentado em torno de 12 por cento" e que o Brasil será talvez "o único País do mundo onde a taxa de inflação será declinante" e, prosseguiu... Depois de reassegurar que o aumento do custo de vida em 73 não deverá ultrapassar a 12 por cento, o Sr. Delfim Neto reconheceu que há problemas de escassez de alguns produtos, mas fez a ressalva de que o Governo enfrenta os problemas com os instrumentos de que dispõe". A divulgação só pode ser recebida como brincadeira.

E brincadeira de mau gosto.

Até agora, este ano apenas, os preços de material de construção atingiram níveis superiores a 50%.

A madeira 10%.

O aumento do aço foi superior aos 12% anunciados pelo Ministro. Os preços da carne, do feijão, do leite e outros gêneros alimentícios, foram bem superiores a 12% anunciados pelo Ministro.

Talvez S.Exa. tenha se baseado apenas no aumento concedido ao funcionalismo público, pois só aí, o Governo do Paraná aplicou os índices que tanto alardeia. A dona de casa, principalmente, sabe que a manifestação do Sr. Ministro da Fazenda não condiz com a verdade.

E hoje, sumariamente, consignamos o nosso protesto, para, brevemente, com maiores dados e informações, analisarmos em todos os aspectos as declarações de um cidadão que, pelo elevado cargo que ocupa, deveria ser mais equilibradas de acordo com a realidade. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há de parecer estranho à Casa que se encaminhe apelo ao Prefeito Municipal de Curitiba sobre assuntos pertinentes à administração municipal. Heis que existe na letra fria da Lei, autonomia dos Municípios, autonomia administrativa, autonomia política etc. etc.

Toda a Casa tem se omitido nos difíceis problemas com que se defronta a população curitibana, e esquecido talvez de que o Prefeito Municipal de Curitiba é escolhido por esta Casa. Existe uma indicação do Sr. Governador do Estado, mas quem escolhe o Prefeito Municipal de Curitiba é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então me parece, salvo melhor juízo, que esta autonomia peca pela base, que se o Prefeito é escolhido pela Assembléia Legislativa, é muito justo que os Srs. Deputados, sentindo os problemas humanos, também tenham o direito, na sua representação popular, de interpellar o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sobre determinados assuntos administrativos. É um direito que esta Casa não deve abrir mão. Por que quem escolhe tem o direito de fiscalizar; e o Deputado é eleito, pago pelo povo, para fiscalizar os atos do Poder Público. Não existe outra função do Poder Executivo, senão a de legislar e fiscalizar a aplicação dos dinheiros públicos e os atos administrativos do Poder Executivo. A Prefeitura Municipal é Poder Executivo, escolhido pelo Governador, eleito pela Assembléia Legislativa. Portanto, baseado neste princípio, estou encaminhando preliminarmente um apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba. Consulta a outros assuntos tais como circulação de veículos dentro do Município, que é uma calamidade pública. Se atentarmos para às horas perdidas, para a exasperação dos motoristas para se chegar num ponto comum, devido a este Plano Viário do IPUC, que eu, a esta altura dos acontecimentos, penso que o Sr. Marcos Prado

não manda nada; é o IPUC quem manda. O problema é sério. Gastam-se milhares de litros de combustível, inevitavelmente, dentro da cidade, diariamente. E parece-me que a Câmara de Vereadores, omite-se; parece-me que todo mundo aceita acomodado a atual situação. Mas, acho que os Srs. Deputados não podem aceitar.

Para se chegar à Assembleia Legislativa, quanto se gasta a mais para se atingir aqui o edifício da Assembleia Legislativa! Por que? Inventaram de fazer estacionamento na principal via de acesso à sede do Poder; e ninguém protestou, muito menos a Comissão Executiva que tinha obrigação de interpellar o Diretor do Detran, ao Prefeito Municipal de Curitiba, que através do IPUC organizou o plano viário da cidade.

Então, se viaja, para atingir a sede do Poder Legislativo; Por que isso? Não há nenhuma razão plausível; nenhuma lógica. Como este exemplo, a cidade está cheia. Vieiras com 8 metros de pista, suportando a intensidade do tráfego da cidade e outras vias, com uma dimensão para suportar tráfego pesado, a intensidade de um tráfego urbano, completamente desocupadas. É este o termo. Vejam o exemplo da Marechal Deodoro, no trecho entre Presidente Faria e Conselheiro Laurindo: passa um veículo na Sexta-feira Santa e outro na Segunda-feira de Carnaval; dois por ano. E, no entanto, outras como a Travessa Bufrem, super-congestionadas; porque inventaram um tal anel viário de tráfego lento, que ninguém pode entender. Mas na prática o negócio não funciona e todo mundo está omissos. Mas, a esse assunto voltarei com mais detalhes. Vou apontar 112 defeitos gravíssimos na circulação viária da cidade de Curitiba; vou apontar a esta Casa e pedir providências ao Governador do Estado, que tem a responsabilidade de um homem a quem o Paraná abriu os braços e deu um crédito de confiança.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz à Tribuna é defender a colônia polonesa, os polaquinhos que tanto gostamos. Existia a Praça da Polônia no Alto do Cabral.

O Sr. Prefeito inventou fazer lá uma via expressa. Liquidou com a Avenida Paraná e acabou com a Praça da Polónia, prometendo à Colónia Polonesa, a quem tanto devemos, não só Curitiba, mas todo o Paraná, por esta colonização valente, bravía, que foi a desbravadora do progresso paranaense prometendo a nossos irmãos da Polónia que tanto amamos, que teriam a sua praça, como temos a Praça da Ucrânia, a Praça do Japão, a Praça da Espanha e tantas outras. Pegou a estátua de Copérnico, que por coincidência a Polónia vai comemorar o quinto centenário do nascimento desse grande cientista, respeitado por toda a humanidade, pegou aquela estátua, uma obra prima da escultura, doada pela colónia polonesa ao Município de Curitiba, feita lá na Polónia, pegou a estátua e mandou-a para o depósito de material da Prefeitura Municipal, onde tiraram até o sol que estava nos braços de Copérnico, que pesava bastante e dá um bom dinheiro.

Então, Sr. Presidente, o Requerimento é um apelo ao Prefeito Municipal para que imediatamente, sem maiores delongas, marque, dentro do mapa do Município de Curitiba, o local para se erigir a nova Praça da Polónia em homenagem à brava Nação do Báltico a que tanto devemos aqui no Paraná. Que faça construir a Praça, pegue a estátua de Copérnico que está no depósito de material, coloque o sol nas mãos de Copérnico e a faça erigir em praça pública. É uma justiça à brava gente polonesa que tanto tem contribuído pela causa da liberdade no mundo inteiro, que tanto tem colaborado para o desbravamento de nossa cidade, de nosso Estado.

É uma justiça à Colónia Polonesa, em todo o Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Formulamos Requerimento à Casa, no sentido de que se envie telex ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e ao Presidente do INCRA, com respeito ao problema de terras no Município de Cascavel.

Este problema se arrasta há seis longos anos e abrange uma considerável área de terras, as mais férteis daquela Região.

Efetivamente este é um problema sério, muito grave e está causando apreensão no Município e em toda a Região do Oeste do Paraná.

É com respeito à Gleba denominada Da Paz, que não tem nada de paz e à gleba Cielito, que não tem nada de céu.

Pois essas áreas de terra foram tituladas há muitos anos atrás a pessoas que não residem naquela área, que são pessoas da Capital do Estado, inclusive da Capital do Estado de São Paulo. É o caso, por exemplo, da denominada Fazenda São Francisco, uma área de mais de 3 mil alqueires que foi titulada a um grupo econômico de São Paulo. Nessas terras estão mais de 3 mil famílias e, pelo menos há 6 anos, vêm se sucedendo conflitos a mão armada, para disputar a posse e constantemente tombam colonos naquela Região, derramando seu sangue. É um problema social muito grave, além de entravar o desenvolvimento econômico daquela Região, no Município de Cascavel.

No nosso Requerimento, o nosso apelo respeitoso ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, e ao Exmo. Sr. Presidente do INCRA, está vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer o envio de Telex com veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura e Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — I.N.C.R.A., no sentido de que se dignem determinar levantamento, estudo e solução urgente, para os problemas de terras nas denominadas Glebas Da Paz e Cielito, no Município de Cascavel, especialmente na chamada "Fazenda São Francisco", localizada nesta, com aproximadamente três (3) mil alqueires e mais mil famílias em situação de constante pânico pelos conflitos à mão armada, onde comumente é derramado sangue, pondo a Região e autoridades em sobressalto.

Nestes últimos dias a situação vem se agravando seriamente prevendo-se consequências ainda mais graves.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1973.

(a) Iris Caldart"

Rogamos, Srs. Deputados, que este nosso Requerimento mereça a acolhida, porque é um assunto estritamente de âmbito e de ordem administrativa, em que mais de mil famílias de colonos clamam por uma solução justa, adequada e necessária, porque não é mais possível que nos dias atuais aconteçam casos tão deprimentes como esse, onde o colono, o produtor não têm condições de exercer sua sagrada profissão, para tirar o sustento pró-

prio e de sua família, além do que, criar riquezas para nossa Pátria, que tanto necessita.

Urgente, pois, que haja uma providência e uma solução para tão angustiante problema no Município de Cascavel. É o apelo que fazemos, em nome de uma população inteira, daquela Região. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — tem a satisfação de anunciar a presença no Plenário do Deputado Fernando Gama, representante do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara Federal.

Tem ainda a satisfação de anunciar a presença dos alunos do 3.º ano do Grupo Centro Educacional Guairá, acompanhados da professora Maria José de Souza e das regentes Milca dos Santos, Marise Cezarino e Célio Maria Magalhães.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Trato hoje, mais uma vez do assunto referente às estradas do Paraná. Aqui deste Plenário, vim-lhes lutando para que fosse iniciada a construção da estrada União da Vitória-Erechim.

Voltando hoje, daquela região e sendo procurado por diversos proprietários de terras que se encontram à margem daquela rodovia apresento à consideração da Casa o seguinte Requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, vem pelo presente requerer após a ciência e devida aprovação do Plenário seja enviado apelo ao Senhor Eliseu Rezende, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no sentido de que aquela autoridade federal tome providência a fim de coibir os desmandos que vem acontecendo na construção da Rodovia BR-153, no seu trecho entre União da Vitória — Joazeiro, por parte dos empreiteiros contratados para sua consecução.

Justifica-se o presente Requerimento Senhor Presidente, haja vista que inúmeras são as reclamações de proprietários de terras às margens da referida estrada contra os operários que lá trabalham pelo desrespeito à terra alheia, destruindo cercas, com seus tratores e máquinas espantando o gado, e principalmente estragando o pasto plantado, pastagem artificial esta de vital importância para a pecuária local.

Requer, outrossim, sejam enviadas cópias ou o teor deste Plano de Lei aos Senhores Ministros da Agricultura e dos Transportes.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1973.

(a) — Domicio Scaramella".

Faço este apelo, sr. Presidente, srs. Deputados para que o Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem concientize as firmas construtoras responsáveis pela construção da estrada que devem respeitar a propriedade particular. O que está ocorrendo às margens daquela rodovia é uma verdadeira calamidade com a destruição de cercas, inclusive prejudicando as produções que lá existem. Não me refiro ao trecho já indenizado pelo Departamento Nacional, de Estradas de Rodagem.

Este o apelo que, creio terá a unanimidade desta Casa. Muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos apresentando, hoje à consideração desta Casa um Projeto de Lei que visa designar com o nome de "ODETE BORGES BOTELHO" o Grupo Escolar Estadual existente no Município de Pitanguira em Rolândia.

Justificamos a proposição que ora fazemos apresentando uma breve biografia da pessoa cujo nome desejamos homenagear.

(Lendo): — "ODETE BORGES BOTELHO, nascida em 21 de março de 1926, na cidade de Morretes, filha de Custódio Borges e de dona Francisca Soucatto Borges membros de tradicional família morretense, casada com o Dr. Flávio Botelho, falecido um mês antes de sua morte.

Iniciou seus estudos primários na Escola das Irmãs Passionistas de Curitiba, tendo-o concluído no Colégio da Divina Providência nesta Capital. Fez o curso secundário no Ginásio Paranaense, o atual Colégio Estadual do Paraná e diplomou-se com o grau de Professora Normalista, pelo Instituto de Educação do Paraná, em 1946.

No seu período de vida escolar demonstrou sempre ser provida de extraordinárias qualidades de inteligência e acentuado espírito de liderança.

Exerceu o magistério primário no Grupo Escolar Olavo Bilac, em Cambé. Em 1949 com a criação do Curso Normal Regional de Rolândia, foi designada para reger turmas suplementares. Neste período de sua vida é que demonstrou seu acentuado espírito público pois liderou uma campanha junto a comunidade através de festivais, subscrição e livros-ouro e pedidos às autoridades municipais e ao comércio local, para ser iniciada a construção de prédio destinado a Escola Normal".

É bem vivo ainda na memória daqueles que a conheceram nesta época, o entusiasmo e os esforços com o qual dirigindo uma turma de pedreiros, conseguiu construir duas salas de aula para nela funcionar o Curso Normal Regional de Rolândia.

Muitas foram as lutas que passou dentro desta pequena obra e muitos foram os sacrifícios feitos para que a mesma se realizasse.

Ao ser construído o prédio da atual Escola Normal D. Pedro II, de Rolândia, foram demolidas duas salas de aula que deram origem ao estabelecimento existente. Num reconhecimento aos serviços por Odete Borges Botelho realizados e também à sua cultura profissional foi ela designada Diretora do mesmo cargo que exerceu até que a fatalidade do destino em acidente aviário ocorrido no dia 21 de agosto de 1962, veio afastá-la do convívio de toda uma comunidade que a reverenciava.

É de justiça pois, que transcorridos 11 anos do seu falecimento, possamos através de Projeto de Lei nesta Casa, demonstrar saudoso reconhecimento pelo muito que fez ao ensino de nossa terra". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do sr. Idewaldo Zardo; digníssimo Prefeito Municipal de Clevalândia. Concedo a palavra para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — (Lê): "Sr. Presidente, srs. Deputados.

Pretendemos, nobres Pares; fazer prestar neste instante uma homenagem à Empresa Estatal PETROBRÁS, que amanhã comemora seu 20.º aniversário

de existência, eis que em data de 3 de outubro de 1953 o grande estadista Getúlio Vargas criava aquela empresa. E para tanto, esboçamos um pequeno trabalho no qual homenageamos a PETROBRAS a mais importante das empresas que possui o nosso País.

Comemora-se amanhã, em toda a Nação brasileira, uma data quase tão importante como o nosso dia maior, 15 de Novembro; digo quase tão importante, srs. Deputados porque se em 15 de novembro tornamos a maior República da América Latina, em 3 de outubro de 1953 tivemos o marco de nossa ascensão de País mais industrializado da América de língua espanhola e portuguesa.

Amanhã, sr. Presidente, srs. Deputados é o dia da PETROBRAS;

Duas décadas transcorreram desde que aquele longínquo 3 de outubro de 1953 quando os homens públicos que detinham o poder maior da Nação brasileira concretizaram em uma Lei que levou o número 2004 e que marcou, juntamente com a instituição de Volta Redonda, o marco inicial de um progresso tecnológico avassalador, o marco mais significativo do processo de industrialização como um esforço de nacionalidade. O que era futuro já é hoje, esplêndida realidade, Getúlio Vargas, quando concebeu o projeto PETROBRAS, tornava-se por isso um dos autênticos artífices do progresso que ora experimentamos.

Vinte anos comemora amanhã nossa PETROBRAS. De simples Lei n.º 2004 hoje se torna a maior empresa nacional e uma das maiores do globo. Suas subsidiárias aí estão para atestar sua grandeza. Da Petróleo Brasileiro S.A. temos hoje suas ramificações, quais sejam:

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., PETROBRAS INTERNACIONAL S.A. e sua mais nova subsidiária a BRASPETRO que além de lhe dar mais flexibilidade abriu novas frentes de desenvolvimento. E hoje, quando vemos uma empresa que, em 1969 possuía um capital de aproximadamente dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros, passar a tê-lo três vezes mais faturando anualmente 12,7 bilhões de cruzeiros, seis vezes mais que em igual data de 1969; vemos que aquele fio de esperança, já não mais débil se encontra apoiado, que foi pela confiança do povo brasileiro entre as maiores do mundo, o que bem demonstra ao comprar aproximadamente 10 milhões de ações da companhia da Bolsa de Valores.

Nós paranaenses, já estamos sentindo no nosso Estado os efeitos do progresso que emana da Petrobrás. Quem se dirige ao Município vizinho de Araucária e observa os trabalhos de infraestrutura que se fazem as margens da estrada a mando da Petrobrás S.A. bem pode aquilatar quão grande e benéfica será a indústria que lá se erigirá.

E a caçula das refinarias da Petrobrás prestes a nascer. E a mão prestimosa da Petrobrás ajudando o Paraná na sua corrida pela industrialização. E a parte dos 2,8 bilhões de cruzeiros gastos pela Petrobrás nos seus investimentos globais.

Estão de parabéns os diretores desta empresa como, de modo geral estamos todos de parabéns, sr. Presidente todos nós, povo deste País; por possuírmos uma empresa que nos enriquece e nos enche de orgulho. No momento em que encerro estas breves palavras, sr. Presidente, quero manifestar da Tribuna as minhas efusivas congratulações aos diretores, pessoal técnico e trabalhadores em geral da Petrobrás pelas duas décadas de progresso que vem dando ao País, ao mesmo tempo em que apresento por escrito, requerimento com semelhante teor a ser enviado ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Presidente da Companhia e Diretor da Petrobrás em nossa Capital. (Lê):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário,

Requer seja consignado na Ata dos trabalhos de amanhã dia 3 de outubro, um voto de efusivas congratulações, aos Excelentíssimos Senhores Ministro das Minas e Energia, Presidente da Petrobrás e Diretores da mesma empresa em nossa Capital, extensivo ao pessoal técnico e trabalhadores pelas duas décadas de progresso que vem dando ao nosso País.

Outrossim, requero ainda, seja enviado anexo cópia do pronunciamento que acabamos de fazer.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1973.

(a) Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se amanhã, em toda a Nação uma data quase tão importante como o nosso dia maior: 15 de Novembro.

Digo quase tão importante, porque se em 15 de novembro nos tornamos a maior República da América Latina, em 3 de outubro de 1953 tivemos o marco de nossa ascensão de País mais industrializado da América de língua espanhola e portuguesa.

Amanhã, Sr. Presidente e srs. Deputados, é o dia da Petrobrás: Duas décadas transcorreram desde aquele longínquo 3 de outubro de 1953 quando os homens públicos que detinham o poder maior da Nação brasileira, concretizaram em uma Lei, que levou o número 2.004 e que marcou juntamente a instituição de Volta Redonda, o marco inicial de um progresso tecnológico avassalador o marco mais significativo do processo de industrialização, como um esforço da nacionalidade. O que era futuro já é hoje esplêndida realidade, Getúlio Vargas, quando concebeu o projeto da Petrobrás, tornava-se por isso um dos autênticos artífices do progresso que ora experimentamos.

Vinte anos comemora amanhã nossa Petrobrás. De simples Lei n.º 2004, hoje torna-se a maior empresa nacional e uma das maiores do globo. Suas subsidiárias aí estão para atestar sua grandeza. Da Petróleo Brasileiro S.A. temos hoje suas ramificações, quais sejam: Petrobrás Distribuidora S.A., Petrobrás Internacional S.A. e sua mais nova subsidiária a BRASPETRO, que além de lhe dar mais flexibilidade, abriu novas frentes de desenvolvimento.

E hoje, quando vemos uma empresa que em 1969 possuía um Capital de aproximadamente dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros passar a tê-lo quase três vezes mais faturando anualmente 12,8 bilhões de cruzeiros, seis vezes mais que em igual data de 1969 vemos que aquele fio de esperança, já não mais débil se encontra apoiado que foi pela confiança do povo brasileiro entre as maiores do mundo, o que bem demonstra ao comprar aproximadamente 100 mil ações da companhia na bolsa de valores.

Nós paranaenses, já estamos sentindo ao nosso Estado os efeitos do progresso que emana da Petrobrás. Quem se dirige ao Município vizinho de Araucária e observa os trabalhos de infraestrutura que se fazem as margens da estrada a mando da Petróleo Brasileiro S.A. bem pode aquilatar quão grande e benéfica será a indústria que lá se erigirá.

E a caçula das refinarias da Petrobrás prestes a nascer. E a mão prestimosa da Petrobrás ajudando o Paraná na sua corrida pela industrialização.

E a parte dos 2,8 bilhões de cruzeiros gastos pela Petrobrás nos seus investimentos globais.

Estão de parabéns os Diretores desta empresa como, de modo geral estamos todos de parabéns, Sr. Presidente, todos nós povo deste País, por possuírmos uma empresa, que nos enriquece e nos enche de orgulho.

No momento em que encerra estas breves palavras, Sr. Presidente, quero manifestar desta Tribuna as minhas efusivas congratulações aos Diretores, pessoal técnico e trabalhadores em geral da Petrobrás, pelas duas décadas de progresso que vem dando ao País, ao mesmo tempo em que apresento por escrito Requerimento com semelhante teor a ser enviado ao Sr. Ministro das Minas e Energia, Presidente da Companhia e Diretor da Petrobrás em nossa Capital".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente sr. Deputado José Muggiati.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tivemos a honra de receber do ilustre Deputado Victorino Jones, Presidente da União Parlamentar Interestadual, na qualidade de seu Conselheiro os dados que nos permitiram vir discorrer desta Tribuna sobre as atividades de D. Yolanda Costa e Silva à frente da Legião Brasileira de Assistência.

Identificada com a classe política notadamente após o prematuro e infausto passamento do ex-Presidente Costa e Silva, D. Yolanda Costa e Silva, nestes seis anos de Presidência da L.B.A. tem revelado seu espírito de abnegação e sua persistência num trabalho inteligente profícuo e patriótico.

Através desse trabalho a L.B.A. mantém 69 maternidades, nas quais são realizados 20.000 partos anuais. Cumpre ressaltar que o nascimento do centésimo milionésimo brasileiro (100.000.000) se registrou numa dessas maternidades.

Promoveu a L.B.A. a legalização de 5.000 (cinco mil) casamentos, 70.000 registros de nascimentos e 126.000 ações de família.

Através de 602 projetos de Serviço Social cuidou da assistência educacional, pré-escolar e assistência ao excepcional.

Na educação para o trabalho, através de 6.000 cursos manteve 113.106 alunos qualificados profissionalmente.

Firmou 3.476 convênios de Serviço Social, educação para o trabalho e medicina. Os projetos de nutrição e alimentação se elevaram a 200 (duzentos) em seu número. Manteve 2.000 monitores de alfabetização e forneceu 1.500.000 doses de vacinas aplicadas através de cuidados de Medicina Preventiva.

Em seu total geral, os recursos aplicados nos últimos seis anos apresentam os números seguintes:

Saúde	51.668.732,00
Serviço Social	30.000.000,00
Assistência Judiciária	6.100.050,00
Educação P/O trabalho	23.890.000,00
Plano de Nutrição e Alimentação	4.000.000,00

Suas atividades foram levadas a efeito através de 26 Diretorias Estaduais e Territoriais, 104 agências de Serviço Social, 10 Casas da Criança e Creches; 69 Maternidades, 3 Hospitais Infantis 141 Postos Médicos; 2 Laboratórios Industriais Químicos e Farmacêuticos, 89 Hospitais; 34 Unidades de Medicina Preventiva, 102 Unidades de Assistência ao Parto, 79 Unidades de Assistência ao Pré-Escolar e 93 Hospitais Infantis "Darcy Vargas".

Exerceu, ainda atuação conjunta com:

Funai — Projeto Rondon — FSESP — Mobral — Ministérios — Governos de Estado — Prefeituras Municipais — Prelazias — Abecar — Funabem — Secretarias de Serviço Social.

A atuação da LBA no Estado do Paraná, merece todavia, especial destaque visto que mantendo e operando uma rede própria de 35 obras, destacando-se 33 postos médicos e duas maternidades, situadas em Paranaguá e Lapa, com capacidade para 10.000 partos anuais, cada uma deu cabal demonstração do fiel cumprimento de suas elevadas atribuições. Outrossim, firmou 113 convênios com instituições das esferas públicas e particular, beneficiando 2.800.000 pessoas. Profissionalizou 12.457 alunos através de 472 cursos de iniciação e orientação para o trabalho. Investiu 472 cursos de iniciação e orientação para o trabalho. Investiu 11.200.000 na execução de seus programas de medicina, serviço social e educação para o trabalho.

Eis aí, Sr. Presidente Senhores Deputados, um pálido relato das atividades de Da. Yolanda Costa e Silva à frente da L.B.A.

Serve o relato entretanto, para assinalar embora com algum atraso, o decurso do 31.º aniversário da LBA, entidade que tem prestado ao País os mais relevantes serviços de amparo aos necessitados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, servimo-nos desta Tribuna para focalizar dois assuntos de alto interesse para a economia paranaense ambos de grande relevância e relacionados com os mais graves problemas de nossa agricultura. Tivemos, a 11 de setembro de 1.973, a presença nesta Casa dos técnicos do Ministério da Agricultura que aqui proferiram uma longa palestra e admitiram o debate em torno do problema do Cancro Cítrico. São eles os srs. Fernando Augusto Paes, Executor do Projeto de Combate ao Cancro Cítrico; Nelson Cochinski Hasselman, Assessor do Diretor e João Palma Moreira Diretor Estadual do Ministério da Agricultura.

Concluimos, através do que está registrado nos Anais da Casa e pelo que pudemos apreender dos debates aqui realizados, que o órgão federal responsável direito pela solução do problema confessou expressamente a sua inoperância em relação ao gravíssimo assunto.

Verificamos, por outro lado, que se arrastando já por longos anos esse problema do Cancro Cítrico vem sendo burocratizado e os próprios técnicos aqui confessaram que se dirigem ao interior fazendo palestras para Prefeituras, Lias e Escolas e que não dispõem dos elementos necessários ao combate da doença.

Citaram vários dados estatísticos que comprovam, em face de levantamentos desde 1965 até 1972.

Confessaram que a campanha teve início em 65, e os serviços não atingiram o nível desejado porque, disseram eles "fomos paulatinamente tolhidos em nossos movimentos razão por que nossas verbas foram sempre decrescentes".

Haveria muito que se citar, para ressaltar dentro deste Plenário, o angustiante problema que envolve a citicultura paranaense.

Vimos que de 65 até 73 e já vamos avançando neste ano nada de positivo foi feito no sentido de que um trabalho racional desse ao problema a solução desejada.

Disseram os técnicos aqui desta Tribuna, naqueles anos de 65 a 69, a erradicação teve um nível satisfatório. Em compensação em 74; 71; 72 e 73; vemos esse nível decrescer, de acordo com as verbas destinadas a Brasília. Fazemos questão de falar em Brasília, disseram eles para frisar que a Diretoria Es-

tadual do Ministério de Agricultura no Paraná, nada tem a ver com as verbas que são liberadas para o projeto do Cancro Cítrico.

Assim, hoje o Paraná é citado em relação ao Estado de São Paulo como um perigo de contaminação para aquela economia, uma vez que São Paulo conta já tecnicamente com o Cancro Cítrico controlado. Hoje, figuramos como principal foco do Cancro Cítrico no Brasil e talvez na América do Sul, palavras textuais do técnico João Paulo Moreira.

Disse mais esse mesmo técnico: "Fizemos na gestão de Ivo Arzuza um plano quinzenal para combater o Cancro Cítrico, plano completo, mas o Ministério de Agricultura não deu os recursos para atender essa nossa solicitação". Diante disso Srs. Deputados, sr. Presidente, desejamos registrar a nossa estranheza pelo modo com que esse problema vem sendo encarado pelos seus responsáveis, sejam eles do setor federal sejam do setor estadual.

Fazemos essa observação no momento em que deparamos na imprensa um amplo noticiário, visando outro gravíssimo problema o da ferrugem nos cafeeiros. Segunda a imprensa hoje revelou e a matéria ocupou em todos os nossos diários as páginas mais destacadas e foi manchete na "Folha de Londrina", "O Estado do Paraná" e "Gazeta do Povo", pretende o Governo do Estado executar um programa em que investirá acima de 330 milhões de cruzeiros no combate à ferrugem dos cafeeiros. Quer nos parecer srs. Deputados, que os problemas debatidos neste Plenário, desde que os governantes se dispõem a ponderar e a atender às reivindicações dos representantes que aqui têm assento encontram não raro, como aqui está se verificando o mais completo atendimento por parte da Chefia do Poder Executivo.

Coube ao nobre Deputado Borsari Neto, apresentar em data de ontem, a esta Casa um voto de aplauso ao Sr. Governador do Estado dr. Emílio Gomes, pela sua iniciativa em favor da nossa agricultura, no setor da cafeicultura.

A Bancada do Movimento Democrático Brasileiro conscientemente votou favoravelmente a essa Proposição e aqui estamos explicando o porquê desse apoio de nossa Bancada a essa Proposição Borsari Neto

O Sr. Basílio Zanusso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Prezado Deputado Muggiati Filho. V. Exa. sempre tem se pronunciado da Tribuna nas ocasiões necessárias e quanto fato de relevante importância acontece em nosso Estado.

Como é costume de V. Exa., como é notório de V. Exa. o faz hoje, também da mesma forma comparecendo à Tribuna dizendo da importância da campanha lançada no Estado do Paraná por S. Exa. o Sr. Governador com o objetivo de combater a ferrugem dos cafeeiros paranaenses.

V. Exa. que mora em Arapongas, nós que estamos vindo de Nova Esperança e o Paraná todo sabe que a ferrugem está acabando com a agricultura cafeeira do Paraná. Somente agora, graças a Deus, alguém teve a coragem, no Palácio Iguaçu, de encetar uma campanha em todo o Estado com o objetivo de erradicar a ferrugem dos cafeeiros paranaenses.

Somente isso vale este período de Governo de Emílio Gomes. Vai também, nossa solidariedade ao Sr. Secretário da Agricultura que, no início de sua gestão frente aquela Secretaria, em palestra ligeira que tivemos, discutindo sobre o Cancro Cítrico, a sericicultura e a ferrugem, dizia do propósito daquela Pasta, daquela Secretaria, juntamente com o Governo, de firmar convênio com o Ministério da Agricultura com este objetivo — combater, de vez, o Cancro Cítrico. Somente agora, três anos depois, é que o Governo do Estado se dispõe e toma a iniciativa de firmar convênio com o Ministério da Agricultura para dar fim a este mal que está acabando com a cultura dos citros paranaenses.

A sericicultura que está sendo iniciada no Paraná também, estão sendo tomadas providências por parte da Secretaria da Agricultura para levar orientação, principalmente técnica aos cafeicultores que, dada a ferrugem, estão procurando outra forma de cultura com o cultivo das amoreiras para a criação do bicho da seda. Verificamos, igualmente, que, recentemente, aquela mesma Secretaria da Agricultura juntamente com o PADEP publicou uma revista onde se encontram dois artigos relativos a importância da orientação técnica no que diz respeito à sericicultura, como se planta, como se cultiva e, até mesmo, como se comercializa.

Ao cumprimentarmos a iniciativa do Governador do Estado e do Secretário da Agricultura, o fazemos também à pessoa de V. Exa. que, com o brilhantismo que lhe é peculiar, tem posto, acima de outros interesses, inclusive partidários, o interesse da administração pública do Estado. Daí nossa estima e admiração por V. Exa. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sinto-me verdadeiramente grato pelo aparte de V. Exa. que representa muito de ilustração a este parco discurso que estamos proferindo.

V. Exa. é um representante denodado daquela Região, conhece os problemas a fundo, e é uma honra ser aparteado por V. Exa., de vez que nós sempre temos realmente procurado colocar os interesses comuns acima do interesse político-partidário.

Disse bem V. Exa., que eu acrescentaria, que foi mesmo de propósito que fizemos a abordagem desse problema do Cancro Cítrico.

A fim de que fique bem clara a diferença entre os dois problemas, nós não podemos, talvez seja, até para os técnicos, impossível fazer uma previsão dos resultados dessa campanha com relação à cafeicultura paranaense, mas, o importante é que o Estado não se manteve numa posição de passividade e tomou a iniciativa, porque, muitas vezes ao permanecer na expectativa que o Ministério da Agricultura adota, as providências que deveria adotar como acontece em relação ao problema do Cancro Cítrico que não é nem de leve, da importância, para a economia paranaense, como realmente o é o problema da ferrugem dos cafeeiros, mas mesmo assim é de acentuada importância porque nós estamos consumindo em nosso Estado produtos cítricos que poderiam muito bem ser até, além de atender o nosso consumo interno, ser objeto de exportação.

Porisso, entendo que o Governo do Estado nessa campanha contra a ferrugem dos cafeeiros que é de interesse nacional pois o Brasil não conta, reunindo todos os seus produtos de exportação, com condições de superar a ausência da exportação de café para obter divisas — é o café, no mercado mundial, o segundo produto na obtenção de divisas, o segundo produto na escala internacional.

O Sr. Mauricio Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

V. Exa. analisa com muita propriedade a ação iniciada pelo Governo do Estado em data de ontem, indicando a vontade, a disposição de efetivamente realizar um trabalho que possa resolver o problema da ferrugem, tão angustiante, dos cafeeiros do nosso Estado. Daí, os cafeicultores têm toda razão de reclamar uma ação imediata por parte do Poder Público, porque o que se tem visto até agora em termos de café é um absoluto e perfeito desentendimento entre as autoridades do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Agricultura com os lavradores; isto, infelizmente, não se observa apenas com

relação ao café, observa-se também com relação ao problema já abordado num aparte, inclusive, do nobre Deputado Basílio Zanusso com relação ao Cancro Cítrico em nossa lavoura; observa-se também um absoluto e total desentendimento por parte das autoridades do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura com relação às providências tão necessárias e essenciais, como por exemplo, o fornecimento da semente do soja aos agricultores do Paraná, que se vêm marginalizados com terras preparadas, aliás assunto este objeto de manifestação de V. Exa. há dias, ocupando a Tribuna.

Observa-se ainda um absoluto e completo desentendimento entre as autoridades da Secretaria da Agricultura e Secretaria dos Transportes, porque ocorre sistematicamente no Paraná, nas épocas de grandes safras, de grande produção, problemas sérios, com relação a estradas que deixam a lavoura, que deixam a produção, muitas vezes até esta produção é completamente perdida. Em outras oportunidades há uma percentagem muito grande de produção perdida, justamente pela ausência de melhores estradas, que possibilitem o tráfego de veículos. Portanto, nesta manifestação que V. Exa. faz da Tribuna, poderá contar com o nosso integral aplauso e apoio, pois V. Exa. fala mesmo em nome da Liderança do MDB. Gostaria-mos que este exemplo fosse realmente concretizado e de forma objetiva. Que efetivamente se realizasse um trabalho de combate específico e total ao problema da ferrugem e não apenas paliativo, como vem sendo adotado. Como confessou o representante do Ministério da Agricultura nesta Casa, com relação às relações dos Municípios com o Estado. Municípios que ficam na dependência do Cancro Cítrico. E temos também esperanças de que este trabalho serve de incentivo para que haja, a partir de agora, um entendimento entre as autoridades do Ministério da Agricultura e especificamente em nosso caso, da Secretaria da Agricultura, junto aos lavradores e produtores do Estado, que haja um entendimento entre os técnicos da Secretaria da Agricultura e com o Secretário dos Transportes para que, no próximo ano, ou para que ainda neste ano, não venham ainda surgir críticas nesta Casa, porque então estaremos em condições até de após feitas todas estas observações de responsabilidade diretnamente à figura do Chefe do Poder Executivo, por eventuais irregularidades neste setor. A iniciativa corajosa de S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná merece nossos aplausos, ao mesmo tempo fica aqui a advertência no sentido de que haja realmente um entrosamento tão necessário e indispensável ao progresso do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte, eminente Deputado. Os nossos cumprimentos pela sua manifestação desta Tribuna.

O SR. MUGGIATI FILHO — Colho como um dos mais valiosos, os subsídios ministrados por V. Exa. Deputado Mauricio Fruet como sempre acontece a V. Exa. ao ocupar este microfone.

Realmente, Sr. Presidente, srs. Deputados eram estes os esclarecimentos que gostaríamos de dar face ao pensamento da Bancada do MDB com relação à iniciativa governamental de independência e de arrojo e principalmente, de encorajamento à nossa classe agrícola a esta altura atravessando uma fase angustiante.

Aliás, devemos ressaltar que este problema focalizado inclusive pelo Deputado Mauricio Fruet no seu aparte muitas vezes registrado inclusive, em relação às relações dos Municípios com o Estado. Municípios que ficam na dependência do Estado para execução dos seus problemas quando eles podem tomar iniciativa. Assim, como o Estado não pode hoje, na atual sistemática administrativa ficar na dependência dos órgãos federais. Um Estado como o Estado do Paraná, tido e havido como o Estado mais rico da União, embora a pobreza exista em grande escala espalhada por todo o seu território tem os seus municípios condições de vida independente. Nós temos pregado isso nos Municípios para que todos os Prefeitos, não só os do MDB mas inclusive, longe de interesses políticos-partidários; Prefeitos do MDB e da ARENA saibam fazer de seus Municípios células independentes que pleiteiam do Governo Federal aquilo que é de direito; e não venham ao Governo do Estado nem este vá ao Governo da União, de chapéu na mão, pedir favores a espera de migalhas dos que sobram dos que tem maiores posses.

O Governo do Estado do Paraná dá uma demonstração cabal de independência, com sua iniciativa e coragem. E nós formulamos desta Tribuna, os nossos votos mais sinceros de que este plano se concretize e seja levado a bom termo.

Para que este plano vá a bom termo em tudo aquilo que possui depois da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, eu asseguro ao Senhor Presidente aos srs. Deputados, meus nobres colegas jamais faltará o apoio integral da nossa Bancada. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu declino, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 114-73, que aprova Acordo n.º 03-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 198-73, que aprova Acordo n.º 05-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL — objetivando a dinamização do Fundo de

Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná, por meio da participação financeira daquela Superintendência. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que transfere para a Jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo arcar com todas as despesas provenientes de tratamento médico-hospitalar, do Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO e FAVORÁVEL ao Projeto da C.F., CONTRÁRIO À EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado pelo Substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149-73, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Feira Municipal de Ciências, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 104-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, a Fundepar e o Mobral. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 202-73, que aprova Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, para realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153-73, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, área de terreno que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 64-73, encaminhando ante-Propeto de Lei que objetiva conceder à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios de Governador do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVOS. — **Aprovado pelo Substitutivo, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 283-70, de autoria do Dep. Pinto Dias, que cria no Município de Tapira, o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, com os limites que especifica. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N.º 283-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Tapira, o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, com as seguintes divisões e confrontações: começa na foz do Córrego São Domingos no Rio das Antas e desce por este até a foz do Rio Água da Onça, subindo por este até a sua cabeceira; daí, em linha reta, até a cabeceira do Rio Água Ouro Verde, descendo por este até a sua foz no Ribeirão da Garoa; deste sobe até a sua foz no Rio Água Palmital, subindo então por este até encontrar a linha divisória com o Município de Nova Olímpia; descendo por esta linha até encontrar o Córrego São Domingos, descendo por este até encontrar o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1970

Dep. Pinto Dias

JUSTIFICATIVA:

A região compreendida no perímetro acima descrito se constitui numa das mais ricas do Município de Tapira.

Assim sendo, a fim de proporcionar aos seus moradores melhores condições administrativas, há necessidade da criação de um distrito, tendo como sede a cidade de Santa Felicidade.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 283-70

AUTOR: Dep. Pinto Dias

SÚMULA: Cria no Município de Tapira, o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, com os limites que especifica.

PARECER

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Pinto Dias, visa criar no Município de Tapira, o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, com os limites que especifica.

Muito embora considerando louvável a iniciativa do autor da Proposição, a mesma esbarra no obstáculo intransponível do Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1969, que dispõe:

“Artigo 1.º — Fica mantida a Organização Administrativa e Judiciária dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, vigente a 31 de dezembro de 1968.

Parágrafo Único: Nenhuma modificação poderá ser feita na Organização Administrativa e Judiciária a que se refere este Artigo, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça”.

Assim sendo, por ser anticonstitucional opinio pela REJEIÇÃO do Projeto. É o parecer.

Sala das Comissões, em 9-5-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: “Projeto de Lei n.º 283-70 — Cria no Município de TAPIRA, o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, com os limites que especifica”.

PARECER

1. Tratam os Autos do Projeto de Lei n.º 283-70, de autoria do nobre ex-Deputado Pinto Dias, que cria no Município de Tapira o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, neste Estado e com os limites que especifica.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado, conforme R. Parecer de fls., pela inconstitucionalidade da matéria em análise, não vê esta Comissão de Finanças, em seu âmbito, como dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado, gravado de vício insanável.

Pela rejeição, é o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 12 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-72, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R., serviços de retificação e revestimento básico do trecho de estrada que liga Xangrilá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 208-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, através do D.E.R., os serviços de retificação e revestimento básico do trecho da estrada que liga Xangrilá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá, pelo seu traçado mais direto, numa extensão aproximada de 5 km.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1972

Nelson Buffara

JUSTIFICAÇÃO: — Os proprietários e veranistas em Pontal do Sul, sentindo as dificuldades por que passa o 1.º Distrito Rodoviário, encarregado da conservação das vias de acesso àquele balneário, encaminharam petição ao Interventor Municipal, solicitando a cooperação daquela Prefeitura no que diz respeito às obras de revestimento básico do trajeto compreendido entre Xangrilá e Pontal do Sul, dada a precariedade das condições de tráfego que apresenta, mormente nos períodos chuvosos do ano.

A autoridade municipal, prontamente, colocou à disposição do 1.º Distrito Rodoviário tombearas da Prefeitura Municipal de Paranaguá, conforme se vê do documento anexo, onde é reconhecida ser justa e oportuna a solicitação.

Face o exposto, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a realizar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, o melhoramento pleiteado, utilizando-se como trajeto básico para o revestimento aquele mais litorâneo, cujo leito, já aberto, liga os dois balneários em linha reta, encurtando a distância atual em cerca de três quilômetros e que não possui obras de arte a serem executadas ou conservadas no futuro.

Por ser medida justa e de interesse da coletividade, melhorando as condições de acesso a algumas das mais belas praias de nosso litoral, contamos com o indispensável apoio dos nossos Nobres Pares, com assento nesta Augusta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 208-72

AUTOR: Dep. Nelson Buffara

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a proceder, através do D.E.R., serviços de retificação e revestimento básico no trecho de estrada que liga Xangrilá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá.

PARECER

1 — O projeto tramitou normalmente e seguiu, quando de sua apresentação, as normas atinentes.

2 — Tratando-se de medida meramente autorizatória, não há óbices de ordem legal que se lhe possa antepor.

3 — Somos, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 208-72

AUTOR: Dep. Nelson Buffara

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a proceder serviços de retificação e revestimento do trecho rodoviário que liga Xangrilá a Pontal do Sul

PARECER

1. Pretende o nobre Deputado Nelson Buffara, com o presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a proceder, através do D.E.R., os serviços de retificação e revestimento básico do trecho de estrada ligando Xangrilá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá.

2. Trata-se de matéria sobre a qual já se manifestou favoravelmente a egrégia Comissão de Constituição e Justiça.

3. Sobre o aspecto financeiro, nada há que se lhe opor, já que se trata de mera autorização legislativa, ficando a sua execução, por parte do Poder Executivo, na dependência de disponibilidade orçamentária.

4. Face ao exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÕES DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 208-72

De autoria do ilustre Deputado Nelson Buffara, o Projeto de Lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a proceder os serviços de retificação e revestimento básico, do trecho da estrada que liga Xangrilá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá, pelo seu traçado mais direto, numa extensão aproximada de 5 km.

Do ponto de vista técnico que esta Comissão deve examinar no mérito da matéria, entendemos que a iniciativa merece a aprovação da Casa.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1973

Borsari Netto — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Arthur de Souza

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Fundação Boutin, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 52-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO BOUTIN, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1973

Dep. Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA: — A Fundação Boutin, instituída por Albano Boutin & Cia. Ltda., nos termos do que prescreve a legislação aplicável, como pessoa jurídica de Direito Privado interno, de fins não econômicos, tem por objetivo principal, complementarmente aos serviços sociais, assistenciais e previdenciais, existentes, prestar, por ordem decrescente de prioridades aos empregados de Albano Boutin & Cia. Ltda., e acessório de estendê-lo aos respectivos dependentes.

Quanto ao mérito desta Instituição muito se poderia dizer ainda, mas, para que os Senhores Deputados possam conhecer melhor as finalidades da Fundação Boutin, anexamos ao presente Plano de Lei os Estatutos da Entidade devidamente registrados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 52-73

1 — O ilustre Deputado Maurício Fruct, com o presente plano de lei, visa declarar de utilidade pública a "Fundação Boutin", com sede e foro nesta Capital.

2 — A Fundação Boutin, nos termos da legislação aplicável, como personalidade jurídica, de fins não lucrativos, tem como objetivos contidos no seu Estatuto: prestar serviços sociais, assistência, por ordem decrescente de prioridade, aos empregados de Albano Boutin & Cia. Ltda., bem como aos respectivos dependentes, como ainda, atender a outros campos assistenciais e filantrópicos em obediência à legislação vigente.

3 — Entendemos que o projeto encontra amparo legal e constitucional, não conflitando com a legislação que regula a matéria, daí nosso parecer FAVORÁVEL à presente proposição que ora examinamos nesta oportunidade.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 52-73

1 — Subscrita pelo ilustre Deputado Maurício Fruct, a presente proposição visa declarar de utilidade pública a "Fundação Boutin", com sede e foro nesta Capital.

2 — O plano de lei que ora examinamos nesta Comissão já mereceu da douta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável.

3 — Entendemos que a matéria é de justiça e oportuna, e quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento na sua APROVAÇÃO, razão pela qual somos favoravelmente ao presente projeto de lei ora proposto pelo nobre autor.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, o "Centro Paranaense de Tradições General Carneiro", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 137-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "CENTRO PARANAENSE DE TRADIÇÕES GENERAL CARNEIRO", com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Jorge Sato — Presidente

JUSTIFICATIVA:

O "CENTRO PARANAENSE DE TRADIÇÕES GENERAL CARNEIRO", com sede e foro na cidade de Curitiba, tem por finalidade, entre outras, estudar as tradições brasileiras, principalmente o regionalismo paranaense, sob todos os aspectos, criar e manter escolas educacionais e de artesanato para pesquisa e aperfeiçoamento da arte e promover intercâmbios culturais, com os demais Estados da Federação.

Referida entidade acha-se registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas competente, sua Diretoria não percebe qualquer tipo ou forma de remuneração, preenchendo desta forma as exigências da Lei pertinente a matéria.

Desta forma, esperamos dos ilustres pares o necessário apoio ao presente Projeto de Lei, para posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AO PROJETO DE LEI N.º 137-73

PARECER

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Jorge Sato, declarar de utilidade pública o "Centro Paranaense de Tradições General Carneiro", com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — Referida matéria preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou sejam: a) — que está em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade; b) — que está devidamente registrada como pessoa jurídica; c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3 — Assim sendo não vemos qualquer óbice tanto de ordem legal ou constitucional na APROVAÇÃO da proposição que nos é dada examinar nesta oportunidade.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973

aa) Antonio Costa — Presidente

Wilson Fortes — Relator

Quielise Crisóstomo da Silva

Ivo Tomazoni

Erondy Silvério

Ovídio Luiz Franzen

Nelson Buffara

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 137-73

1) — A Comissão competente para apreciação desta matéria é a de Constituição e Justiça.

Como o parecer proferido pela mesma foi aprovado, nada mais nos resta do que concluir pela APROVAÇÃO do Projeto, visto não existir qualquer impedimento de ordem financeira.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973.

aa) Quielise Crisóstomo — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

João Fadel

Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 164-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para diversos Projetos de Lei. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando voto de efusivas congratulações aos Senhores Ministro das Minas e Energia, Presidente da Petrobrás e Diretores da mesma empresa em nossa Capital, extensivo ao pessoal técnico e trabalhadores, pelas duas décadas de progresso que vem dando ao nosso País. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a grande necessidade de se instalar, com a máxima urgência, uma Agência do Banco do Brasil, em Dois Vizinhos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Prefeito da Capital, apelandos para que determine, com urgência, nova localização para a Praça Polônia e, devolva à exibição pública a estátua de Nicolau Copérnico, cujo quinto centenário de nascimento comemora-se este ano, em todo o mundo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de serem tomadas providências a fim de coibir os demandas que vem acontecendo na construção da rodovia BR-153, no trecho entre União da Vitória-Joaçaba, por parte de empreiteiros contratados para sua consecução. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo, através de telex ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Agricultura e Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no sentido de que se dignem determinar levantamento, estudo e solução urgente, para os graves problemas de terras nas denominadas glebas da Paz e Cielito, no Município de Cascavel, especialmente na chamada Fazenda São Francisco. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Sr. Carlos Vieira Sibut. — Aprovado.

Para explicação pessoal, concedo a palavra, ao Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era nosso desejo ter falado no Grande Expediente, entretanto, não nos foi possível e não queríamos perder esta oportunidade de trazer a esta Casa a nossa satisfação, a satisfação do Paraná, a satisfação do Norte do Paraná, a satisfação da cafeicultura por ter recebido, em data de ontem, em Londrina, o Sr. Governador do Estado.

Lemos nos jornais que o nobre Deputado Borsari Neto já apresentou voto de congratulações pela visita do Sr. Governador, mas Sr. Presidente, Sr. Deputado Borsari Neto, vai mais do que um voto de congratulações, porque ontem, ao receber o Sr. Governador em Londrina, parece que nós, pelo menos de nossa parte, nos sentimos realizados. Parece que os nossos pronunciamentos, nosso trabalho aqui realizado tdesa Tribuna, durante longos anos, não tem sido em vão.

Parece que no passado ouvíamos constantemente, e tínhamos constantemente no Governo um homem, um Chefe do Executivo que se preocupava e dava tudo pela cafeicultura paranaense, nossa principal riqueza, que era o ex-Governador e atual Senador Ney Braga. De lá para cá, infelizmente, poucos foram os Governos que tiveram uma preocupação séria com esta riqueza, que é o café, que muito representa para a economia não só paranaense como nacional.

Ontem o Sr. Governador esteve em Londrina. A última vez que estivemos nesta Tribuna, tivemos a oportunidade de dizer que, por mais de duas ou três horas, conversamos sobre este assunto depois de uma longa viagem que fizemos à cidade de Terra Roxa mostrando a situação calamitosa e bastante desesperadora dos cafeais paranaenses. Voltamos de lá com o pro-

pósito de manter um diálogo mais sério e mais profundo com o Sr. Secretário da Agricultura a fim de que ele, através do Governo do Estado, pudesse levar a essa cafeicultura o seu incentivo, a sua palavra de que nem tudo está perdido e que o Estado está seriamente preocupado com a situação cafeeira e que o Estado poderia, como realmente o fez em data de ontem, encetar uma campanha que viesse dar uma demonstração de que o Paraná não deixou, e, se Deus quiser, não há de deixar de ser, novamente, o Estado líder da cafeicultura. O Sr. Governador, com cento e quarenta agrônomos da Secretaria da Agricultura, certamente entrosados com os órgãos federais, estão dispostos, mais do que dispostos a uma luta para o combate a uma praga que está dizimando, por completo, a nossa grande riqueza que é o café.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizia o Sr. Governador que o café veio para o Paraná para ficar porque, realmente, daqui não deve sair, aqui deve ficar porque foi nestas terras fertilíssimas, ubérrimas que encontrou a estrutura para o seu desenvolvimento. Isto não quer dizer que sejamos contrários com o plantio de cafés em outros Estados do Nordeste e do Centro Oeste brasileiro. Mas, acreditamos que é no Paraná que o café encontrará, novamente, todo seu esplendor como encontrou no passado, porque temos à frente do Governo um Líder que se conscientizou, juntamente com o Secretário da Agricultura, da gravidade do problema que está trazendo um desânimo completo a toda a cafeicultura paranaense.

Já dissemos no passado e repetimos hoje novamente que algumas empresas prognosticaram que esta safra seria de cinco milhões de sacas de café. Está provado, hoje, que teremos três milhões de sacas de café. O Estado de São Paulo vem com notícias mais alarmantes ainda que o Paraná, não tivemos geadas, apenas ventos frios, em vez de 10 a 12 milhões de sacas de café, não terá condições para dar mais que três milhões de sacas de café.

Veio em hora certa porque nunca é tarde para se tomar uma atitude, uma providência. E nesta acreditamos porque é de um Governo que está bem posto e sentiu que esta economia está se esvaziando. Ou ele toma uma iniciativa imediata de combate a esta grande praga, ou do contrário a própria economia é que está se desgraçando aqui no Paraná. Portanto, gostaríamos de solicitar que dois discursos ficassem nos Anais da Casa; o do Governador Emílio Gomes que mostra todo o seu entusiasmo, todo o seu vigor, todos os recursos disponíveis e necessários seus, estaduais para combate de frente este grande inimigo, este inimigo comum da cafeicultura paranaense e brasileira.

Queríamos também que fosse registrado nos Anais da Casa um discurso

equilibrado, sensato, do Presidente da Associação Paranaense dos Cafeicultores, Dr. Justino Villela. Parece, Sr. Presidente, que na reunião que tivemos na Associação Rural, no grande banquete que foi oferecido ao Sr. Governador do Estado com a presença de mais de 600 pessoas saíram todos, de lá, re-vigorados, animados, desejosos de, de mãos dadas com este Governo que aí está, colaborar para que a cafeicultura paranaense venha a ser o que foi quando chegou a produzir 21.000.000 de sacas de café.

Meus parabéns ao Sr. Governador Emílio Gomes; meus parabéns ao Sr. Secretário da Agricultura, não os meus louvores, mas, os meus votos, as minhas congratulações por esta grande iniciativa e por esta grande campanha encetada em Londrina na Capital Mundial do Café. Gostaríamos também de registrar as presenças, honrosas para nós em Londrina, do Sr. Secretário do Interior e Justiça, Dr. Octávio Cezário, e do Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Euro Brandão que procuraram lá, ambos os Secretários trazer soluções de imediato, principalmente no setor de transporte, que trará aquele escoamento para aquelas vias tão necessárias onde hoje trafegam mais de 10.000 veículos, pela 369. Portanto, visita melhor do que esta Londrina, Cambé, Bela Vista, Sertãozinho, o Norte do Paraná não poderia ter recebido, ainda mais com as providências imediatas e urgentes que o Governo vai iniciar juntamente, certamente, com o Governo Federal.

Portanto, Sr. Líder do Governo, gostaria que V.Exa. também levasse ao Governo do Estado, a palavra de um representante de Londrina, que, no semblante do seu povo não somente de Londrina mas de toda aquela Região, há satisfação, há contentamento em ter à frente do Executivo um homem que não prometeu absolutamente nada, mas prometeu sim uma coisa: estar de mãos dadas com a cafeicultura a fim de lutar por esta grande riqueza que sempre foi, e será, o esteio da nossa economia. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 3 de outubro, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.os 40—73 — 61—73 e dos Projetos de Lei n.os 153—73 e 156—73;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 283—70 — 208—72 — 52—73 e 137—73;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 93—73 — 121—73 — e 164—73. Levanta-se a Sessão.